

O MANEJO DA DISCIPLINA E O DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PARENTALIDADE POSITIVA E O MODELO TRADICIONAL

Augusto Flavio Santos de Andrade Filho

Acadêmico de Direito, Faculdade Santa Teresa, Brasil

aff.flavio@gmail.com

Rafael Grana Pereira de Menezes

Acadêmico de Direito, Faculdade Santa Teresa, Brasil

rafaelgpmenezes@gmail.com

Paulo Eduardo Queiroz da Costa

Professor Orientador, Faculdade Santa Teresa, Brasil

professorpauloqueiroz@gmail.com

RESUMO

O presente artigo analisa, sob uma perspectiva comparativa, os impactos do manejo da disciplina tradicional e da parentalidade positiva no desenvolvimento socioemocional infantil. O objetivo central é investigar como a transição de modelos autocráticos para abordagens colaborativas influencia a arquitetura cerebral e a autorregulação. Metodologicamente, realizou-se uma revisão bibliográfica fundamentada na Psicologia Individual de Alfred Adler, na Teoria do Apego de John Bowlby e nas neurociências contemporâneas. Os resultados indicam que, enquanto o modelo tradicional utiliza o medo e a punição para ativar sistemas de estresse (Eixo HPA), a parentalidade positiva estimula as funções executivas do córtex pré-frontal através da co-regulação. Conclui-se que a disciplina fundamentada na conexão e em consequências lógicas é um fator determinante para a saúde mental,

promovendo autonomia, resiliência e a internalização de valores éticos necessários à vida adulta.

Palavras-chave: Parentalidade Positiva. Disciplina Tradicional. Neurociência. Desenvolvimento Infantil. Autorregulação.

ABSTRACT

This article provides a comparative analysis of the impacts of traditional discipline management and positive parenting on children's socio-emotional development. The primary objective is to investigate how the transition from autocratic models to collaborative approaches influences brain architecture and self-regulation. Methodologically, a bibliographic review was conducted based on Alfred Adler's Individual Psychology, John Bowlby's Attachment Theory, and contemporary neurosciences. The results indicate that while the traditional model employs fear and punishment to activate stress systems (HPA Axis), positive parenting stimulates the executive functions of the prefrontal cortex through co-regulation. It is concluded that discipline grounded in connection and logical consequences is a determining factor for mental health, fostering autonomy, resilience, and the internalization of ethical values necessary for adult life.

Keywords: Positive Parenting. Traditional Discipline. Neuroscience. Child Development. Self-regulation.

1. INTRODUÇÃO

A compreensão sobre a infância e os métodos de criação de filhos passou por transformações drásticas ao longo dos últimos séculos. Se outrora a criança era vista como um adulto em miniatura ou uma tabula rasa a ser moldada exclusivamente pela vontade e autoridade de seus tutores, a contemporaneidade, amparada pelos avanços da neurociência e da psicologia do desenvolvimento, propõe uma visão do infante como sujeito de direitos e possuidor de uma complexidade emocional latente. Nesse cenário, o manejo da disciplina emerge

não apenas como uma ferramenta de controle social, mas como o principal arquiteto da saúde mental e da estrutura cerebral do indivíduo em formação.

Historicamente, o modelo tradicional de educação fundamentou-se na assimetria rígida de poder, onde a obediência cega e a supressão da vontade própria eram consideradas virtudes pedagógicas. Este paradigma, influenciado por lógicas fabris e dogmáticas, utilizou sistematicamente a punição física ou psicológica como o mecanismo primordial de correção. Todavia, a persistência desse modelo no século XXI levanta questionamentos éticos e científicos urgentes: quais seriam os custos emocionais de uma disciplina baseada no medo? Até que ponto o controle externo impede o florescimento da autonomia e da autorregulação?

Em contrapartida ao autoritarismo, surge a Parentalidade Positiva, uma abordagem fundamentada na Psicologia Individual de Alfred Adler e Rudolf Dreikurs. Diferente do que o senso comum pode sugerir, a Parentalidade Positiva não se confunde com a permissividade, ela propõe um modelo democrático de liderança familiar onde a firmeza e a gentileza coexistem. Este paradigma desloca o foco da punição do erro para a busca de soluções, priorizando o vínculo afetivo e a dignidade da criança como bases para o aprendizado de competências socioemocionais.

O presente artigo propõe uma análise comparativa entre esses dois modelos de manejo, investigando como cada um impacta o desenvolvimento emocional e a arquitetura neural. O problema central desta pesquisa reside na análise de como a transição de um sistema punitivo para um colaborativo pode atuar na prevenção de psicopatologias e no fortalecimento da resiliência.

Para tanto, a discussão estruturar-se-á inicialmente na análise das raízes do modelo tradicional, avançando para os pilares teóricos da Parentalidade Positiva. Posteriormente, será realizada uma confrontação técnica entre a lógica da punição e as consequências lógicas, culminando na análise neurocientífica do

comportamento sob estresse. Indubitavelmente, compreender esses mecanismos é essencial para que educadores e cuidadores possam transcender a reatividade instintiva e adotar práticas que promovam, de fato, a integração emocional e o amadurecimento cognitivo do ser humano.

2. O MODELO TRADICIONAL DE DISCIPLINA: RAÍZES E MECANISMOS

O modelo tradicional de disciplina, ainda hegemônico em diversas estruturas familiares e escolares, não é um fenômeno isolado, mas o resultado de séculos de construções socioculturais que moldaram a percepção da infância. Esta seção analisa as bases que sustentam o autoritarismo pedagógico e os mecanismos utilizados para a manutenção do controle.

Historicamente, a infância foi negligenciada como etapa singular do desenvolvimento. Até o final do século XIX, prevalecia a visão da criança como uma propriedade dos pais ou um adulto incompleto. A educação tradicional herdou o modelo fabril de disciplina, onde o silêncio, a imobilidade e a obediência cega eram virtudes para formar operários dóceis. Muitas raízes do modelo tradicional advêm de interpretações dogmáticas que viam a vontade própria da criança como algo a ser quebrado para garantir a salvação moral ou a retidão do caráter. Sob essa ótica, o sofrimento físico era visto como um instrumento de purificação e correção.

O mecanismo central do modelo tradicional é o Locus de Controle Externo. Nele, a responsabilidade pelo comportamento da criança reside no adulto, não na própria criança. A criança se comporta bem apenas enquanto está sob observação. Na ausência da figura de autoridade, a tendência é o descumprimento da regra, pois não houve a internalização ética do valor, apenas o medo da consequência.

Essa vertente pedagógica operacionaliza-se mediante sistema de ameaças. O medo ativa o cérebro reptiliano, o que resulta em submissão imediata, mas impede o raciocínio moral. O educando não pensa: "Eu não devo bater no

meu colega porque dói nele", ele pensa: "Eu não devo bater porque meu pai vai me bater se descobrir". O modelo tradicional sustenta-se em um sistema binário de punição e recompensa, o que o psicólogo Alfie Kohn define como fazer coisas para as crianças em vez de trabalhar com elas.

Embora pareçam inofensivas, as recompensas treinam o infante a agir apenas mediante ganho secundário. Isso corrói a motivação intrínseca e a curiosidade natural, transformando a cooperação em uma transação comercial. A punição tradicional busca infligir dor, humilhação ou privação para ensinar uma lição. Contudo, a pesquisa clínica demonstra que a punição foca no passado e ignora o futuro. A longo prazo, o manejo tradicional da disciplina pode gerar dois caminhos de desajuste emocional.

Em uma primeira vertente, observa-se que o indivíduo tende a anular seus sentimentos e necessidades para agradar a autoridade. Na vida adulta, isso costuma se manifestar como dificuldade em dizer não, vulnerabilidade a relacionamentos abusivos e falta de assertividade. Por outro lado, há casos em que, como estratégia de preservação da integridade e autonomia contra um sistema opressor, o sujeito em desenvolvimento desenvolve comportamentos disruptivos, tornando-se o rótulo da "criança problema", o que retroalimenta o ciclo de punições mais severas.

Diante das limitações e dos riscos inerentes ao modelo de controle externo, surge a necessidade de uma abordagem que priorize a integridade psíquica. É nesse cenário de busca por alternativas mais saudáveis que se consolidam os fundamentos da parentalidade positiva, deslocando o eixo do medo para a conexão.

3. FUNDAMENTOS DA PARENTALIDADE POSITIVA: A PSICOLOGIA DA CONEXÃO

Uma vez compreendidos os pilares teóricos da psicologia adleriana, torna-se imperativo observar como essa filosofia se traduz na prática cotidiana. Para

tanto, o exame das divergências práticas entre os métodos de correção revela-se o exercício mais elucidativo para distinguir o autoritarismo da autoridade respeitosa. A parentalidade positiva surge como um contraponto científico e ético ao modelo autocrático. Sua base não reside na permissividade, mas em um modelo democrático de liderança familiar. Para compreender sua eficácia, é necessário analisar os pilares estabelecidos pela Psicologia Individual e pelas teorias de desenvolvimento humano.

Fundamentalmente, o alicerce da parentalidade positiva encontra-se nos estudos de Alfred Adler, que rompeu com a visão freudiana ao enfatizar que o ser humano é movido por metas sociais e não apenas por impulsos biológicos. Segundo Adler, o comportamento humano é orientado pela busca de pertença e significância. No contexto infantil, quase todos os comportamentos desafiadores são tentativas equivocadas de alcançar esses dois objetivos. Adler propôs que, embora adultos e crianças tenham papéis e responsabilidades diferentes, eles possuem igual valor como seres humanos. Essa premissa altera o manejo da disciplina: deixa de ser algo feito contra a criança para se tornar algo feito com a criança

Rudolf Dreikurs, sucessor de Adler, sistematizou como a falta de encorajamento leva o infante a adotar estratégias comportamentais disfuncionais. Ele identificou quatro objetivos equivocados que movem a criança desencorajada: a busca por atenção indevida, a disputa pelo poder, a retaliação ou vingança e, por fim, a demonstração de inadequação que já é um estágio de desistência onde o infante já não crê em sua capacidade de pertencer.

A parentalidade positiva utiliza a disciplina como uma ferramenta para identificar qual desses objetivos o infante está perseguindo e intervir na causa emocional, em vez de apenas punir o ato. Um ponto crucial é a distinção entre encorajamento e elogio, frequentemente confundidos. Geralmente foca no resultado e no julgamento do adulto, por exemplo, “estou orgulhoso de você pelo

seu 10". Isso pode criar viciados em aprovação, indivíduos que só agem bem para receber validação externa.

O Encorajamento que é a parentalidade positiva foca no esforço, no processo e na autopercepção da criança, por exemplo, "você se esforçou muito para estudar e conseguiu terminar a prova". O encorajamento desenvolve a autoeficácia e a motivação intrínseca, pilares da saúde mental a longo prazo. A parentalidade positiva resgata a etimologia da palavra disciplina, que significa instrução ou ensino, afastando-a do sinônimo de punição.

O manejo positivo foca no desenvolvimento de competências socioemocionais, como empatia, resolução de problemas e cooperação. Diferente do modelo tradicional, que estigmatiza o erro, a parentalidade positiva o utiliza como uma plataforma de aprendizado. Ao errar, a criança é convidada a refletir sobre como reparar o dano, o que fortalece o córtex pré-frontal e a responsabilidade social.

4. ANÁLISE COMPARATIVA: PUNIÇÃO VS. CONSEQUÊNCIAS LÓGICAS

Analiticamente, a distinção entre punição e consequência lógica constitui, talvez, o divisor de águas mais significativo entre o modelo tradicional e a parentalidade positiva. Embora ambos os conceitos lidem com as respostas do adulto aos comportamentos indesejados da criança, suas naturezas intrínsecas e impactos no desenvolvimento da consciência moral são diametralmente opostos.

No modelo tradicional, a punição é fundamentada na ideia de retribuição: a criança deve "pagar" pelo seu erro através de um sofrimento imposto seja físico, emocional ou privativo. A eficácia da punição é medida pela obediência imediata, porém, do ponto de vista da psicologia do desenvolvimento, ela falha em promover a internalização de valores.

A punição é reativa. Ela se concentra no que já aconteceu, buscando penalizar o indivíduo sem oferecer ferramentas para o futuro. Quando uma criança

é punida, seu foco cognitivo desvia-se do erro cometido para a autodefesa ou o ressentimento contra quem a puniu. Em vez de refletir sobre o impacto de suas ações nos outros, a criança concentra-se em como evitar ser capturada ou em como se vingar da autoridade, desenvolvendo o que Piaget chama de moralidade heterônoma.

Diferente da punição, a consequência lógica na Parentalidade Positiva constitui-se como uma ferramenta de ensino, visando simular as leis naturais da vida em sociedade, onde as ações geram efeitos diretos e pedagógicos. Para que uma intervenção seja classificada como uma consequência legítima e não meramente uma punição disfarçada, ela deve respeitar os critérios estabelecidos por Rudolf Dreikurs, amplamente conhecidos como os 4 Rs da Disciplina Positiva.

O critério da relação exige que a consequência tenha um vínculo óbvio com o comportamento. Se uma criança derrama suco propositalmente, a consequência lógica é limpá-lo, não ficar sem televisão.

Para que a consequência cumpra seu papel pedagógico, ela deve ser relacionada diretamente ao ato e aplicada de forma respeitosa, livre de sarcasmos, gritos ou humilhações que firam a dignidade do infante. Ademais, deve manter-se razoável em sua proporção e, fundamentalmente, ser revelada antecipadamente, garantindo a previsibilidade necessária ao processo de aprendizado.

A análise comparativa revela que a punição cultiva o Locus de Controle Externo, o indivíduo só age corretamente sob vigilância. Já as consequências lógicas promovem o Locus de Controle Interno, essencial para a autonomia. Ao vivenciar o nexos causal entre sua escolha e o resultado, por exemplo: "se eu não guardar meus brinquedos, eles ficarão inacessíveis por hoje porque podem quebrar", a criança desenvolve a capacidade de prever resultados e tomar decisões éticas independentes.

Enquanto a punição ensina a criança o que não fazer através do medo, a consequência lógica ensina o que fazer e como reparar através da solução. Essa

transição do papel de vítima da autoridade para agente de reparação é o que fundamenta a saúde emocional e a resiliência necessárias para a vida adulta. Essa transição do papel de vítima para o de agente de reparação não ocorre de forma isolada, ela depende diretamente da qualidade do suporte afetivo que a criança recebe. Portanto, a eficácia das consequências lógicas está intrinsecamente amarrada ao que a psicologia denomina como teoria do apego.

5. DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL E A TEORIA DO APEGO

A eficácia de qualquer modelo de manejo comportamental está intrinsecamente ligada à qualidade do vínculo afetivo entre o cuidador e a criança. Para a Parentalidade Positiva, a disciplina não ocorre no vácuo, mas dentro de uma relação pré-existente. A Teoria do Apego, formulada por John Bowlby e expandida por Mary Ainsworth, fornece a base científica para entender por que a conexão deve, necessariamente, preceder a correção.

Segundo Bowlby, o apego é um sistema biológico instintivo que busca manter a proximidade com uma figura protetora para garantir a sobrevivência. No modelo tradicional, a disciplina frequentemente utiliza a ameaça de ruptura desse vínculo como o isolamento forçado ou frases do tipo "a mamãe não vai mais amar você" como forma de coerção. Essa estratégia gera um Apego Inseguro, onde a criança vive em um estado de alerta constante, priorizando o medo em vez do aprendizado.

Em contrapartida, a parentalidade positiva fomenta o apego seguro. Quando a criança confia que suas necessidades emocionais serão atendidas e que o amor do adulto é incondicional, independente do seu comportamento, ela desenvolve uma base segura. A partir dessa segurança, o sistema nervoso da criança sai do modo de defesa e entra no modo de exploração e cooperação. Biologicamente, uma criança segura está muito mais disposta a ouvir e seguir as orientações de um adulto em quem confia.

Um dos maiores diferenciais no desenvolvimento emocional entre os dois modelos é a forma como as emoções são tratadas. O modelo tradicional tende a reprimir emoções consideradas negativas como a raiva, a tristeza e a frustração, utilizando frases como "homem não chora" ou "pare de frescura". Esse silenciamento impede que a criança aprenda a identificar e gerenciar seus próprios estados internos, o que pode levar a quadros de ansiedade e dificuldade em expressar emoções na vida adulta.

A parentalidade positiva atua através da alfabetização emocional. O manejo da disciplina começa pela validação: o adulto nomeia a emoção da criança "Eu vejo que você está frustrado porque queria aquele brinquedo" antes de tratar do comportamento, "Mas nós não batemos nos amigos". Esse processo ajuda na integração cerebral, permitindo que a criança utilize a lógica para acalmar a emoção intensa. Ao sentir-se compreendida, a resistência ao limite diminui drasticamente, pois a criança não precisa mais "gritar" emocionalmente para ser ouvida.

O desenvolvimento emocional pleno exige a transição da heterorregulação que é ser regulado pelo outro para a autorregulação que é regular a si mesmo. No modelo tradicional, a criança é regulada pelo medo do agente externo, sem o agente, não há controle.

Através da co-regulação, a criança desenvolve paulatinamente a capacidade de autorregulação. Através da empatia e da calma, o cuidador empresta seu córtex pré-frontal maduro para a criança que está em desequilíbrio. Com o tempo e a repetição dessas interações respeitosas, a criança internaliza essas ferramentas de calma. O resultado é um indivíduo com maior inteligência emocional, capaz de tomar decisões éticas baseadas na empatia e no respeito próprio, e não apenas na submissão a uma autoridade.

6. A NEUROCIÊNCIA DA DISCIPLINA: O "CÉREBRO NO ANDAR DE CIMA" E O "ANDAR DE BAIXO"

Se a subjetividade do apego e do afeto oferece o contorno emocional da disciplina, a biologia fornece a prova material de sua necessidade. A compreensão de como o cérebro processa o estresse e o acolhimento, através da metáfora do 'Sobrado Cerebral', permite embasar tecnicamente por que o respeito é, antes de tudo, uma exigência fisiológica.

A compreensão dos mecanismos biológicos que regem o comportamento infantil é fundamental para avaliar a eficácia de qualquer modelo pedagógico. Daniel Siegel e Tina Payne Bryson (2012) introduziram uma metáfora didática, porém cientificamente rigorosa, para explicar a arquitetura cerebral: o "sobrado cerebral". Esta estrutura divide-se entre as funções instintivas e as funções superiores, e a forma como a disciplina é aplicada determina qual dessas áreas será fortalecida.

O "andar de baixo" compreende o tronco encefálico e o sistema límbico, incluindo a amígdala. Esta é a parte do cérebro responsável pelas funções básicas como a respiração e batimentos cardíacos, pelas reações inatas de sobrevivência e pelas emoções intensas, como o medo e a raiva.

No modelo tradicional, a disciplina foca quase exclusivamente nesta região. Ao utilizar gritos, palmadas ou ameaças de abandono, o adulto dispara a amígdala da criança. Biologicamente, isso coloca o cérebro em estado de luta, fuga ou congelamento. Quando o sistema límbico está hiperativado pelo medo da punição, ocorre um "sequestro emocional", bloqueando qualquer acesso à lógica ou ao aprendizado moral. Portanto, a criança punida pode até obedecer, mas o faz por puro instinto de sobrevivência, sem processar a lição pretendida.

O "andar de cima" é composto pelo córtex cerebral e suas diversas partes, com destaque para o Córtex Pré-Frontal (CPF). Esta região é responsável pelas funções executivas: tomada de decisão, planejamento, controle de impulsos, empatia e moralidade. Diferente do andar de baixo, que já nasce pronto, o andar de

cima é uma obra em construção que só termina por volta dos 25 (vinte e cinco) anos de idade.

A Parentalidade Positiva atua como uma arquiteta desta região. Ao validar o sentimento da criança e buscar soluções em vez de culpados, o adulto estimula as conexões neurais no CPF. Em vez de simplesmente reagir mediante o sistema impulsivo do andar de baixo, a criança é estimulada a processar a experiência através das funções executivas do andar de cima. Esse exercício repetido fortalece a bainha de mielina, substância lipídica responsável por acelerar a transmissão de impulsos nervosos, tornando a autorregulação uma resposta cada vez mais automática e eficiente.

Um cérebro saudável é um cérebro integrado. A escada que conecta o andar de baixo ao andar de cima representa a capacidade de acalmar as emoções instintivas através do raciocínio lógico. No entanto, a criança pequena não possui essa escada construída; ela depende do adulto para servir como seu "Córtex Pré-Frontal Externo".

Na Punição, o adulto colapsa a escada. Ao reagir com agressividade ao erro da criança, o adulto "desce" para o seu próprio andar de baixo, gerando um conflito de sistemas límbicos reativos. Na Disciplina Positiva o adulto utiliza a co-regulação. Ao manter a calma e a empatia, ele oferece ao cérebro da criança o modelo necessário para que ela se acalme. Este processo de emprestar o equilíbrio é o que permite a integração vertical, ensinando o cérebro da criança a conectar emoção e razão de forma funcional.

A análise neurocientífica revela que o manejo da disciplina molda fisicamente o cérebro. O estresse tóxico gerado por métodos punitivos e autoritários pode resultar em um CPF menos desenvolvido e uma amígdala hiperreativa, predispondo o indivíduo a transtornos de ansiedade e dificuldades de controle de impulsos na vida adulta.

Por outro lado, o manejo baseado na Parentalidade Positiva aproveita a neuroplasticidade para criar circuitos de resiliência. Ao ser ensinada a resolver problemas e a entender suas emoções, a criança desenvolve uma infraestrutura cerebral capaz de suportar as pressões da vida adulta com maior inteligência emocional e menor dependência de validação ou controle externo.

É preciso destacar que a resposta ao manejo tradicional muitas vezes mimetiza o trauma. A constante ativação do Eixo HPA (Hipotálamo-Pituitária-Adrenal) em ambientes punitivos inunda o organismo infantil de glicocorticoides, o que, a longo prazo, pode resultar na atrofia de dendritos no hipocampo. Assim, a Parentalidade Positiva deixa de ser uma escolha filosófica para tornar-se uma medida de proteção ao desenvolvimento neurobiológico.

7. CONCLUSÃO

A análise comparativa entre o modelo tradicional de disciplina e a parentalidade positiva revela que o manejo do comportamento infantil transcende a simples escolha de métodos corretivos; trata-se de uma decisão sobre a arquitetura cerebral e a saúde emocional das futuras gerações. Enquanto o modelo tradicional fundamenta-se em uma herança autocrática, utilizando o medo e a punição como ferramentas de controle imediato, a parentalidade positiva propõe uma reestruturação da dinâmica familiar baseada na conexão, no respeito mútuo e na firmeza ética.

Conforme discutido ao longo deste artigo, o uso de punições e recompensas externas falha em promover a internalização de valores, criando indivíduos dependentes de vigilância ou propensos à rebeldia. Em contrapartida, a aplicação de consequências lógicas e o foco em soluções permitem que o infante desenvolva o locus de controle interno, habilidade essencial para a autonomia e para o exercício da cidadania. A neurociência corrobora essa transição ao demonstrar que ambientes acolhedores e limites respeitosos são pré-requisitos fisiológicos para a maturação do córtex pré-frontal e para a construção de mecanismos eficientes de autorregulação.

Indubitavelmente, a implementação da parentalidade positiva exige dos cuidadores e educadores um esforço cognitivo e emocional superior ao exigido pelo modelo punitivo. Requer a quebra de ciclos geracionais de violência e a disposição para atuar como co-reguladores de emoções intensas. Entretanto, os benefícios a longo prazo que incluem a redução de transtornos de ansiedade, o fortalecimento da autoeficácia e o desenvolvimento da empatia justificam a mudança de paradigma.

Em suma, a disciplina positiva não deve ser compreendida como um método de permissividade, mas como uma liderança democrática que prepara o indivíduo para os desafios da vida adulta. Ao priorizar o vínculo e a integridade neurobiológica, a sociedade caminha para a formação de sujeitos mais resilientes, autônomos e emocionalmente integrados, transformando a educação em um verdadeiro instrumento de prevenção em saúde mental e promoção de uma cultura de paz.

REFERENCIAS

ADLER, Alfred. **A psicologia individual de Alfred Adler**. Brasília: Editora UnB, 1985.

AINSWORTH, Mary D. S. **Padrões de apego: um estudo psicológico da situação estranha**. Hillsdale: Erlbaum, 1978.

BOWLBY, John. **Apego e perda: a natureza do vínculo**. v. 1. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BRASIL. [Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)]. **Estatuto da criança e do adolescente: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 06 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014**. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos

físicos ou de tratamento cruel ou degradante. Brasília, DF: Presidência da República, [2014].

DREIKURS, Rudolf. **Manter a sanidade na sala de aula: comportamento e disciplina**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KOHN, Alfie. **Punidos pelas recompensas: o problema com bônus, notas, elogios e outros subornos**. Boston: Houghton Mifflin, 1993.

NELSEN, Jane. **Disciplina positiva: o guia clássico para pais e professores que desejam ajudar as crianças a desenvolver autodisciplina, responsabilidade, cooperação e habilidades para resolver problemas**. São Paulo: Manole, 2011.

PIAGET, Jean. **O juízo moral na criança**. São Paulo: Summus, 1994.

SIEGEL, Daniel J.; BRYSON, Tina Payne. **O cérebro da criança: 12 estratégias revolucionárias para nutrir a mente em desenvolvimento do seu filho**. Rio de Janeiro: nVersos, 2012.

SIEGEL, Daniel J.; BRYSON, Tina Payne. **Disciplina sem drama: o guia prático para ajudar seus filhos a se desenvolverem**. Rio de Janeiro: nVersos, 2015.